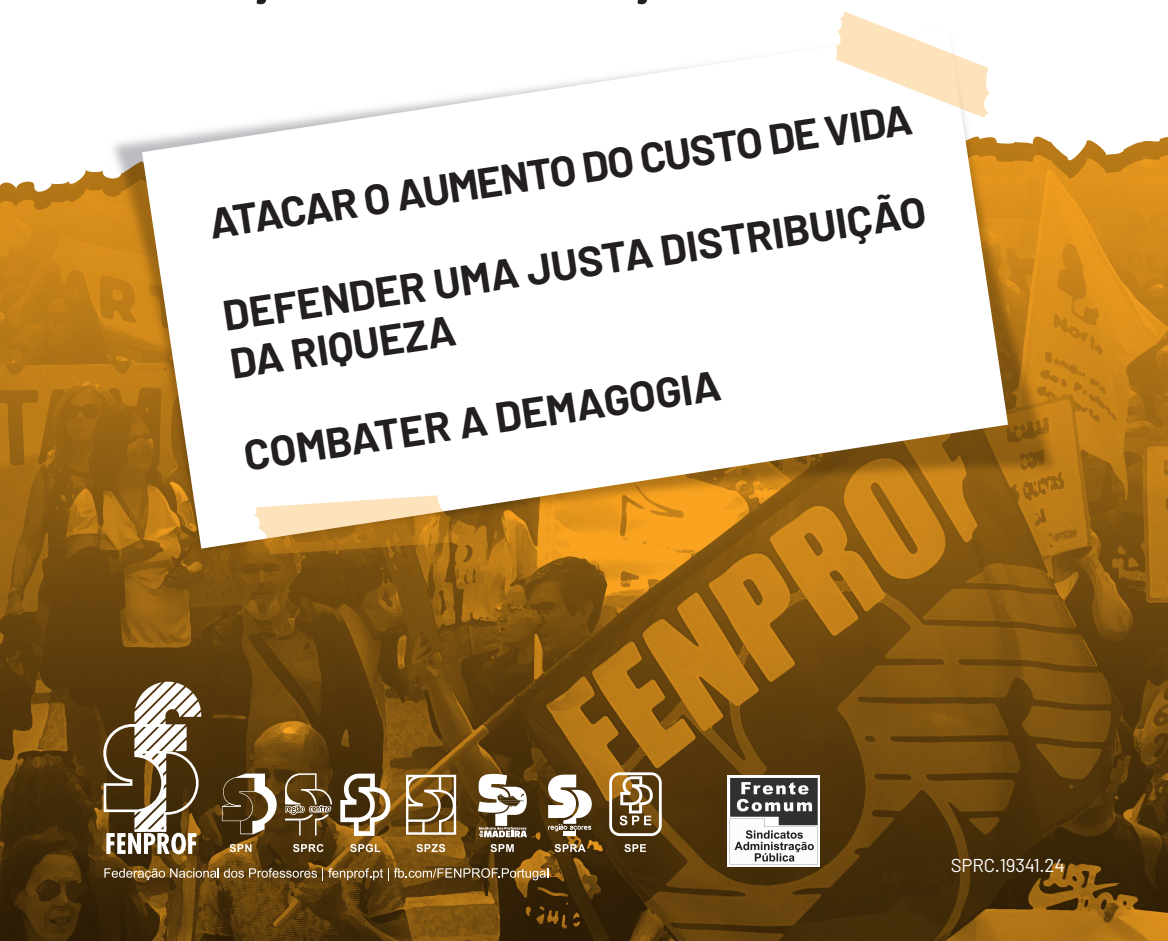
PROPOSTA REIVINDICATIVA COMUM PARA 2025

POR UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO SERVIÇO DAS POPULAÇÕES E DO PAÍS



FENPROF

SPN SPRC SPGL SPZS SPM SPRA SPE

Federação Nacional dos Professores | fenprof.pt | fb.com/FENPROF.Portugal

Frente Comum
Sindicatos Administração Pública

SPRC.19341.24

Os trabalhadores da Administração Pública ganham, em média, cerca de metade do salário dos seus congéneres em outros países da União Europeia e, desde 2009, perderam, também em média, o equivalente a três salários.

As dificuldades económicas da esmagadora maioria dos trabalhadores e da população continuam a agravar-se. Os dois últimos anos ficam marcados por um brutal aumento do custo de vida.

AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Despesas	Aumento
Bens essenciais (de janeiro de 2022 a junho de 2024)	23,6%
Crédito à habitação (dezembro de 2021 a junho de 2024)	52,5 %

Este quadro difícil resulta da continuidade das políticas que degradam as condições de vida, os Serviços Públicos e as Funções Sociais do Estado, prosseguidas por sucessivos governos, e abrem a porta dos serviços essenciais ao setor privado.

O governo continua a agravar os problemas das populações, usando de demagogia para passar a imagem de preocupação com a pobreza, os jovens e os reformados. Na verdade, estes problemas não se resolvem sem o aumento significativo dos salários e das pensões e a justa distribuição da riqueza que é produzida por quem trabalha.

Distribuição da riqueza - Os 19 maiores grupos económicos registam lucros obscenos: primeiro semestre de 2024 - 32,5 MILHÕES DE EUROS **POR DIA**, sem política fiscal justa!

O País dispõe de recursos, incluindo financeiros, para melhorar os Serviços Públicos, o que exige valorizar e repor o poder de compra dos seus trabalhadores. Medidas gerais e específicas a destacar:

- Aumento real dos salários e das pensões;

- Início da recuperação do poder de compra perdido nos últimos 20 anos;

- Aumento do subsídio de refeição para 10,5€;

Contagem integral do tempo de serviço para todos os trabalhadores;

- Eliminação das vagas e das quotas na avaliação do desempenho;

- Equiparação no topo à carreira técnica superior (repondo um direito conquistado em 1986);

- Antecipação da aposentação para os 36 anos de serviço, sem perdas no cálculo das pensões (garantia imediata já aos 40 anos);

- Efetiva justiça fiscal;

- Dedução, em sede de IRS, das despesas com a aquisição de equipamentos, designadamente informáticos, de apoio à atividade profissional;

- Direito à reinscrição na CGA dos trabalhadores que reúnam as condições previstas na lei atualmente em vigor;

- Reforço da ADSE como sistema complementar de saúde, repondo as contribuições de 1,5% sobre o período de 12 meses e recusando o caminho da mutualização.

REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL (EU/PT)

Ano	União Europeia	Portugal	Diferença salarial PT/UE
2014	2 519 €	1 529 €	39,3 %
2022	3 024 €	1 642 €	45,7 %

POR UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO SERVIÇO DAS POPULAÇÕES E DO PAÍS

• Adoção de políticas públicas de prestação dos serviços, acabando com o regime de externalização na Administração Pública, sobretudo de mão-de-obra, em todos os setores essenciais;

• Reversão do processo de transferência de competências para os municípios (municipalização).

RELAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO COM O N.º TOTAL DE EMPREGADOS

País	2019	Lugar no "ranking"
Suécia	29 %	1.º
Finlândia	25 %	3.º
Espanha	18 %	19.º
Portugal	**14 %**	**22.º**
Média da UE	**18 %**	
Noruega	Superior a 30%	

Em Portugal o Estado emprega trabalhadores a mais?
Não, isso é falso! (Eurostat 2020)

A Frente Comum defende, ainda, o direito à segurança e saúde no trabalho, cumprindo a legislação em vigor, o que inclui a organização e disponibilização de serviços de medicina no trabalho a todos os trabalhadores da Administração Pública.

É no âmbito da Administração Pública e em convergência reivindicativa com todos os seus trabalhadores que muitos problemas dos docentes e da Escola Pública poderão encontrar respostas!